

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º
CICLO DO ENSINO BÁSICO
FERNANDO NAMORA
BRANDOA - AMADORA

Datas da visita: 14 a 15 de Maio de 2008

I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3.º Ciclo Fernando Namora realizada pela equipa de avaliação que visitou esta Escola nos dias 14 e 15 de Maio de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada Escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios na Unidade de Gestão

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Unidade de Gestão. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização da Escola

A Escola Secundária com 3º Ciclo Fernando Namora (ESFN) foi criada em 1978 como Escola Secundária da Brandoa. As actuais instalações foram inauguradas no ano lectivo de 1989/1990. Situa-se na freguesia da Brandoa, concelho da Amadora, distrito de Lisboa. Segundo os dados do Censo de 2001, residem na Brandoa 15 647 habitantes, numa área de 2,39 km².

A Escola é constituída por 6 pavilhões de 2 pisos, 1 refeitório, 1 pavilhão gimnodesportivo e 2 campos de jogos. Está implantada numa área bastante ampla, o que permite a realização de diversas actividades ao ar livre, existindo também um considerável espaço livre para a circulação dos alunos. A dimensão da Escola e a sua organização física geram algumas dificuldades, ao nível da vigilância e do controlo dos alunos. No sentido de resolver tal situação os órgãos de gestão contam com a colaboração dos Auxiliares de Acção Educativa, com o apoio da Escola Segura e de um agente do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação.

No que diz respeito às instalações, para além das salas de aula normais, a Escola dispõe de grande diversidade de espaços específicos destinados às actividades lectivas ou de apoio a estas, consideradas adequadas às necessidades presentes. Nos últimos anos, as novas exigências dos programas das diferentes disciplinas, a criação de cursos Tecnológicos e de cursos no âmbito das Novas Oportunidades, bem como a ampla utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm originado uma reestruturação sistemática dos espaços disponíveis.

A população discente tem características muito heterogéneas. Relativamente ao grau de escolaridade o grupo mais representativo é o dos pais/mães detentores do 9º ano, (38,3%), seguido do grupo daqueles que possuem o 1º ciclo do ensino básico ou equivalente (30,6%), sendo apenas de 9,1% o grupo dos que possuem habilitação de nível superior.

As categorias profissionais mais representadas são, em relação aos pais, as de “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” (30,1%) e “Pessoal dos Serviços e Vendedores” (27,5%). Em relação às mães, as categorias que mais se destacam são as de “Trabalhadores não Qualificados” (33,9%) e “Pessoal dos Serviços e Vendedores” (23%).

Existe uma percentagem significativa de estudantes com carências económicas pois 30% dos alunos que frequentam o Ensino Básico e 14% o Ensino Secundário são apoiados pelo serviço de Acção Social Escolar (ASE).

O corpo docente é constituído por 139 professores: 104 são do Quadro de Escola, 10 estão destacados, 3 pertencem ao Quadro de Zona Pedagógica e 22 são contratados. Cerca de 54% dos docentes têm mais de 20 anos de serviço e 28,8% tem uma antiguidade que se situa entre os 11 e os 20 anos.

Os 33 auxiliares de acção educativa (31 do quadro e 2 contratados) e os 11 administrativos (6 do quadro e 5 contratados) estão distribuídos pelas diferentes áreas organizativas.

Frequentam a Escola 842 alunos em regime diurno e 321 em regime nocturno. No regime diurno, 3.º Ciclo do Ensino Básico (3.º CEB), há 11 turmas do ensino regular e 3 turmas de Cursos de Educação e Formação. No Ensino Secundário há 15 turmas do ensino regular – Cursos Científico-Humanísticos, 4 turmas dos Cursos Profissionais e 6 turmas dos Cursos Tecnológicos. No regime nocturno funcionam: uma turma do 3.º ciclo – unidades capitalizáveis, três turmas do Curso de Ciências Sociais e Humanas, três turmas do Curso Tecnológico de Administração, duas turmas do curso Tecnológico de Assistente Social e quatro turmas dos Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA), 2 turmas de EFA Escolar, uma turma de Assistente Administrativo e uma turma de Reparação e Manutenção de computadores. A Escola tem, ainda, um curso extra-escolar de Português para estrangeiros.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Bom

Os resultados académicos correspondentes ao triénio 2004/2007 demonstram que a taxa de transição no 3.º ciclo do ensino básico tem oscilado para os três níveis deste ciclo. Nos Cursos do Ensino Secundário houve uma evolução positiva do sucesso académico, se bem que ainda não consistente.

Os alunos dos diferentes níveis de ensino demonstram conhecer as regras de funcionamento da Escola. Contudo, os episódios de indisciplina em contexto de sala de aula têm vindo a aumentar, mais em número do que em gravidade.

Os alunos contribuíram, através da resposta a questionários, na elaboração do documento de auto – avaliação da Escola e participaram na construção do Projecto Educativo (2007-2010).

A Escola valoriza e estimula as aprendizagens escolares e educativas dos alunos e, nesse sentido, tem encontrado alternativas, tais como a abertura de Cursos de Educação e Formação, Cursos Tecnológicos e Cursos Profissionais. Os pais e encarregados de educação têm uma boa opinião da Escola porque consideram que esta tem bons profissionais e que os alunos são sempre encarados como a principal prioridade da Escola, o que consideram um ponto forte muito importante.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

Há uma boa articulação do trabalho docente, ao nível da disciplina e entre disciplinas do mesmo departamento que visa implementar estratégias que respondam às necessidades educativas de cada aluno.

A Escola não tem ainda instituída uma rotina de acompanhamento e de supervisão da qualidade pedagógica e científica da actividade lectiva em contexto de sala de aula, esta ocorre, indirectamente, e de forma informal, entre os docentes e formalmente nas reuniões de conselho de turma e dos grupos disciplinares.

Para os alunos com necessidades educativas especiais, o professor de apoio elabora, em colaboração com outros intervenientes, um Plano Educativo Individual (PEI) onde constam as medidas a ser implementadas, em função do perfil do aluno.

O apoio pedagógico acrescido é atribuído, preferencialmente, ao professor da disciplina. Nos casos em que tal não é possível, é aos professores de apoio e da disciplina que cabe definir as competências mais importantes a desenvolver.

A Escola desenvolve um conjunto de projectos e actividades de enriquecimento do currículo devidamente planeados e avaliados, importantes para o processo de aprendizagem e desenvolvimento da dimensão cívica, social e artística dos alunos.

3. Organização e gestão escolar

Muito Bom

O Projecto Educativo, elaborado para o triénio 2007/2010, assenta em princípios pedagógicos e objectivos estratégicos devidamente hierarquizados e com metas quantificáveis. O Plano Anual de Actividades e o Projecto Curricular de Escola estão organizados de forma articulada com o Projecto Educativo, tendo em conta os seus princípios e valores orientadores.

Na gestão dos recursos humanos da Escola, o órgão de gestão tem em conta os perfis requeridos para as diferentes funções e as competências pessoais e profissionais de cada um.

A formação dos recursos humanos decorre, geralmente, das ofertas do Centro de Formação e dos interesses individuais, sendo tidas em linha de conta as necessidades da Escola, embora, nos últimos dois anos lectivos, a oferta de formação tenha sido reduzida.

O relançamento da Associação de Pais e Encarregados de Educação e, também, a de Estudantes, insere-se numa estratégia de responsabilidade partilhada que o Conselho Executivo incentivou, mas que não tem sido possível manter em funcionamento.

A Escola rege-se por princípios de equidade e justiça e as diferentes estruturas encontram, regra geral, as soluções mais adequadas à especificidade de cada caso.

Os alunos consideram existir um clima onde todos são tratados com justiça, numa Escola que não estabelece diferenças.

4. Liderança

Muito Bom

O Conselho Executivo hierarquiza e calendariza os seus objectivos, bem como a solução dos problemas, de forma a ter metas claras e avaliáveis. A Escola pretende ser não só uma referência pela sua qualidade, gestão, ambiente e profissionalismo, mas também ser conhecida e procurada por docentes, discentes e funcionários, e os documentos orientadores expressam essa visão.

Os responsáveis dos órgãos de administração e gestão e das diferentes estruturas internas conhecem a sua área de acção, estão motivados e valorizam o papel decorrente da natureza das funções específicas de cada estrutura.

Existe abertura à inovação. Perante os problemas são procuradas soluções alternativas que visem primordialmente alcançar o sucesso dos alunos, nomeadamente através da diversificação da oferta formativa e com o incremento das TIC.

A Escola está atenta a novas oportunidades que permitam melhorar a prestação do serviço educativo, tendo sido estabelecidos diversos protocolos e parcerias, quer com a comunidade local quer com as mais diversas instituições públicas e privadas.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

Muito Bom

A Escola demonstrou uma forte determinação em organizar e dispor de um dispositivo de monitorização do seu progresso. É evidente a existência de uma prática de auto-avaliação participada, que envolve, activamente, a comunidade educativa na recolha e análise de informação diversificada e relevante no sentido de uma melhoria continuada. Como resultado de todo este processo foi possível definir os objectivos e identificar os pontos fortes e fracos da Escola bem como os seus constrangimentos.

A progressiva melhoria dos resultados escolares, a estabilidade e motivação dos professores, a qualidade do clima organizacional, o esforço para aumentar a participação da comunidade e as dinâmicas de liderança evidenciam que a Escola tem vindo a alicerçar a sua actividade num processo que garante a sua sustentabilidade, assim como demonstra ter capacidade para incrementar a sua autonomia e gerir os seus recursos.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

De acordo com os dados disponibilizados pela Escola, a evolução da taxa de transição no 3.º ciclo do ensino básico foi sido irregular ao longo do triénio 2004/2007, em resultado de variáveis ainda não totalmente controladas, como por exemplo, as baixas expectativas dos pais e dos alunos em relação às aprendizagens, o meio socioeconómico e o abandono escolar precoce, entre outras. Assim as taxas de transição/conclusão foram no triénio em análise, no 7.º ano, de 74,6% - (2004/2005); de 86,5% (2005/2006) e de 81,7% (2006/2007); no 8.º ano de 81,5% (2004/2005); de 91,1% (2005/2006) e de 86,7% (2006/2007); no 9.º ano de 74,5% (2004/2005), de 67,0% (2005/2006) e de 82,6% (2006/2007).

Nos Cursos do Ensino Secundário houve uma evolução positiva do sucesso académico, se bem que ainda não consistente. No 10.º ano as taxas de transição/conclusão foram: 78,6% (2004/2005), 67,9% (2005/2006) e 81,4% (2006/2007). No caso do 11.º ano as taxas foram de 78,1%, 78,3% e 80,5% e no 12.º ano de 35,3%, 39,1% e 55,9%. O valor mais significativo registou-se no ano lectivo de 2006/2007 em relação ao 12.º ano, o que pode ser entendido como um esforço da Escola no sentido de promover o sucesso dos seus alunos.

Os Cursos de Educação Formação (CEF) tiveram início em 2003/2004, tendo o número de alunos matriculados vindo a aumentar ao longo dos anos; a taxa de conclusão em 2004/2005 foi de 62,5%, de 66,7% em 2005/2006 e de 88,6% em 2006/2007.

Relativamente aos exames nacionais do 9.º ano, nos anos lectivos de 2005/2006 e 2006/2007, os resultados obtidos na disciplina de Língua Portuguesa apresentam uma evolução positiva (2,5 - 2005/2006 e 3,2 em 2006/2007), acima da média nacional no ano de 2005/2006 (+ 0,1) e igual à média nacional em 2006/2007. Situação diferente ocorreu na disciplina de Matemática cujos resultados evoluíram negativamente (2,0 em 2005/2006 e 1,7 em 2006/2007), situando-se abaixo da média nacional (- 0,4 em 2005/2006 e - 0,5 em 2006-2007).

No respeitante aos exames nacionais do 12.º ano, os resultados obtidos no triénio 2004/2007 apresentam valores acima da média nacional no caso da disciplina de Matemática (+ 0,8 - 2005; + 2,0 - 2006 e + 1,9 - 2007) e um pouco abaixo daquela no caso da disciplina de Português (- 0,4 - 2005, - 0,6 - 2006 e - 0,2 - 2007).

Existem desfasamentos entre as classificações internas finais (CIF) de disciplina e as classificações de exame (CE). O diferencial tem vindo a aumentar na disciplina de Português (0,8 - 2005; 0,7 - 2006 e 2,2 em 2007). Situação inversa ocorre com a disciplina de Matemática (3,3 - 2005, 1,5 - 2006 e 0,7 em 2007).

A taxa de acesso ao ensino superior, 1.ª fase, foi de 80,05% em 2005, 78,8% em 2006 e 78,1% em 2007. Quanto à taxa de colocação na 1.ª opção, naquele nível de ensino, na 1.ª fase, as percentagens foram as seguintes: 60,4% em 2005, 48,1% em 2006 e 55,0% em 2007.

As diferenças entre médias internas, de exame e médias nacionais demonstram que a Escola não adoptou, ainda, procedimentos de calibragem relativamente aos critérios de avaliação interna.

A monitorização dos resultados escolares e do sucesso/insucesso académico é feita pelos órgãos e estruturas educativas da Escola. Compete aos departamentos curriculares, depois de analisados os elementos fornecidos, a apresentação de propostas de estratégias ou a reformulação das existentes, para a diminuição do insucesso escolar, as quais, depois de aprovadas pelo Conselho Pedagógico são implementadas. As estratégias usadas

passam, entre outras, pela atribuição no 3.º ciclo, de reforço curricular, acompanhamento individualizado ou em grupo, sala de estudo, participação em projectos e abertura e oferta de cursos diferenciados de cariz mais prático. A taxa de abandono escolar, assim como o número de anulações de matrícula, diminuiu no último triénio. O combate ao abandono escolar e o acompanhamento das situações de risco são algumas das prioridades da Escola, da responsabilidade do Director de Turma, em primeira instância, com os apoios do Conselho Executivo e do Serviço de Orientação Escolar (SPO).

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos são incentivados a participar e a colaborar na vida escolar. Formalmente encontram-se representados por uma Associação de Estudantes que foi recentemente reactivada.

Contribuíram, através da resposta a questionários, para a elaboração do documento de auto - avaliação da Escola e participaram na construção do Projecto Educativo 2007/2010.

A co-responsabilização e o sentido de pertença são valores induzidos na população discente através do seu envolvimento directo na vida da Escola. Exemplo disso é o facto da decoração do bar e do refeitório ter ficado a cargo daqueles, com o intuito de promover o respeito pela preservação de bens que são pertença de toda a comunidade escolar, contribuindo para uma Escola, da qual os alunos demonstram ter orgulho.

A recepção aos novos alunos com vista à sua integração é assegurada pelos respectivos Directores de Turma e CE. A promoção da educação para a cidadania, definida como um dos objectivos do Projecto Educativo, é assumida como uma das prioridades da Escola. Tal preocupação, sobretudo no respeitante à protecção do ambiente, contribui para que, a nível da comunidade educativa, seja reconhecida como uma “Eco-Escola”.

Os pequenos e grandes sucessos individuais ou colectivos são valorizados e estimulados, mas ainda não está instituído um quadro de valor e excelência.

1.3 Comportamento e disciplina

De uma forma geral, os alunos demonstram conhecer as regras de funcionamento da Escola.

A Escola procede à recolha e tratamento dos dados referentes ao número e taxa de alunos com participação disciplinar, total de participações disciplinares, número e taxa de alunos com medidas disciplinares, total de alunos por números de participações e medidas disciplinares aplicadas.

Apesar da forte aposta da Escola na formação cívica, os episódios de indisciplina têm vindo a aumentar, mais em número do que em gravidade. Tal facto tem preocupado os órgãos e estruturas da Escola que acompanham com atenção esta situação e têm apostado na prevenção, através de acções que passam pela exigência da comparência imediata dos pais/encarregados de educação, na celeridade dos procedimentos disciplinares, na criação do Gabinete do Aluno, no encaminhamento dos alunos para salas específicas, para percursos escolares diferenciados ou para o Serviço de Psicologia e Orientação.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

O baixo nível socioeconómico das famílias dos alunos que frequentam a Escola tem impacto no percurso escolar dos alunos, designadamente, nas baixas expectativas que têm relativamente à Escola, o que pode potenciar o ingresso precoce no mundo do trabalho e provocar o absentismo escolar.

No sentido de valorizar as aprendizagens e tendo em conta as expectativas dos alunos, pais e encarregados de educação, a Escola tem encontrado alternativas como a abertura de Cursos de Educação e Formação, Cursos Tecnológicos e Cursos Profissionais, alguns a funcionar em regime pós-laboral.

A importância atribuída às aprendizagens ao longo da vida é igualmente uma preocupação da Escola, que incentiva os seus funcionários não docentes a aumentar o seu nível de escolaridade através da frequência dos cursos disponibilizados pela Escola ou mesmo de outros do Ensino Superior. Para os pais e encarregados de educação a Escola é reconhecida como tendo bons profissionais essencialmente, porque para a Escola o aluno vem sempre em primeiro lugar.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

No capítulo da organização das estruturas intermédias, o Regulamento Interno da Escola prevê que os departamentos que integram mais do que um grupo disciplinar tenham direito a um subcoordenador por cada

grupo disciplinar, não representado directamente no Conselho Pedagógico, desde que tenham um número igual ou superior a três elementos. Não existem evidências de que a Escola tenha previsto reuniões do mesmo grupo disciplinar com docentes do 3.º ciclo e do Ensino Secundário.

Nas reuniões de departamento curricular, que podem ser uni ou multidisciplinares, são elaboradas planificações conjuntas, são coordenados procedimentos e formas de actuação no domínio da avaliação das aprendizagens e elaborados Planos de Melhoria.

Cada departamento ou grupo disciplinar define as competências específicas para a(s) sua(s) disciplina(s), o contributo de cada disciplina para o desenvolvimento das competências gerais do Currículo Nacional e a transversalidade entre as competências específicas das suas disciplinas com as dos outros Departamentos ou Grupos Disciplinares. A articulação dos conteúdos disciplinares que visam desenvolver as competências estabelecidas é da responsabilidade do Conselho de Turma.

As áreas curriculares não disciplinares são desenvolvidas sob a orientação de um coordenador que assegura a articulação pedagógica entre estas diferentes áreas do ensino básico e coordena as práticas dos professores nas actividades a desenvolver.

As reuniões que ocorrem mensalmente com os directores dos Cursos Tecnológicos e dos Cursos Profissionais têm como objectivo a articulação pedagógica entre as disciplinas dos respectivos cursos.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

A Escola não tem ainda instituída uma rotina de acompanhamento e de supervisão da qualidade pedagógica e científica da actividade lectiva em contexto de sala de aula. O acompanhamento da prática lectiva ocorre, indirectamente, e de forma informal, entre os docentes e formalmente nas reuniões de conselho de turma e dos grupos disciplinares, aquando da definição de estratégias e da elaboração das planificações e instrumentos de avaliação. Este acompanhamento ainda que indirecto permite o reajustamento na gestão dos procedimentos adoptados e o grau de consecução dos mesmos.

O Plano de Actividades tem previsto um vasto conjunto de acções de formação a realizar na Escola, referindo-se, entre outras, as seguintes: “Utilização do Quadro Interactivo”, “Serigrafia em cerâmica e têxtil”, “Moodle”, “Formação sobre equipamento informático (computadores portáteis, videoprojectores e quadros interactivos)”, “Planificação de aulas nos C. Prof. do E. Secundário”, “Utilização das TIC no processo Ensino/Aprendizagem”, “O papel do ensino experimental na construção de competências no domínio das C. Físicas e Naturais”, “Avaliação das escolas”, “Português – Língua não Materna”, “Didáctica da Filosofia”, “Relação Pedagógica na sala de aula”, “Prática Inovadora na Didáctica da Geografia”, “Acção de animação socioeducativa – Actividades desportivas – *Outdoor*”

2.3 Diferenciação e apoios

Os Serviços Especializados de Apoio Educativo (SEAE) da Escola, são constituídos pelo Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), pelo Núcleo de Apoio Educativo (NAE) e pelo Centro de Recursos Educativos (CRE) e integram uma professora conselheira de orientação escolar e/ou profissional, uma docente do ensino especial e duas professoras para o apoio educativo.

A Conselheira Escolar está presente nos conselhos de turma que integram alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e, sempre que possível, nas reuniões semanais das equipas pedagógicas dos CEF. Desenvolve, ainda, acções de esclarecimento e orientação vocacional para os alunos dos 9.º e 12.º anos.

A avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais é feita pelo Serviço de Psicologia e Orientação, em conjunto com o Núcleo de Apoio Educativo e o Director de Turma, assentes em informações constantes dos processos administrativos ou por indicação dos pais/encarregados de educação.

Para os alunos com necessidades educativas especiais, o professor de apoio reúne os elementos necessários (relatórios clínicos, pedagógicos, pareceres e demais documentação necessária) e elabora, em colaboração com outros intervenientes, um Plano Educativo Individual (PEI) onde constam, as medidas a ser implementadas, em função do perfil do aluno.

O apoio pedagógico acrescido é atribuído, preferencialmente, ao professor da disciplina. Nos casos em que tal não é possível, é aos professores de apoio e da disciplina que cabe definir as competências mais importantes a desenvolver. Periodicamente, o professor de apoio elabora um relatório em que informa o Conselho de Turma do desempenho do aluno. Para os alunos com necessidades educativas especiais estão previstas várias modalidades e estratégias de apoio educativo, tais como a sala de estudo, o apoio psicológico ou a (re)orientação escolar.

O CRE põe ao dispor da comunidade escolar um conjunto de recursos que permite diversificar as estratégias de apoio às aprendizagens. Os casos mais graves, que a Escola tem dificuldade em resolver, são encaminhados para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A Escola desenvolve um conjunto de projectos e actividades de enriquecimento do currículo devidamente planeados e avaliados, importantes para o processo de aprendizagem e desenvolvimento da dimensão cívica, social e artística dos alunos.

De modo a fomentar a aquisição de competências e o sucesso dos alunos, a Escola implementa, ainda, diversas estratégias de melhoria, tais como o Plano Nacional de Leitura e o Plano de Acção para a Matemática.

A Escola possui laboratórios bem apetrechados e a actividade experimental, nas áreas das Ciências Físicas e Naturais, é reforçada através de algumas iniciativas de enriquecimento do currículo, em especial no âmbito do Projecto Ciência Viva.

Para os alunos que a frequentam, a Escola reúne boas condições físicas e é uma referência no âmbito das Artes. As obras dos alunos encontram-se expostas em quase todo o recinto da Escola, conferindo-lhe um carácter pessoal e especial. A Escola tem renome no concelho pelo seu envolvimento continuado, e com qualidade, em programas artísticos, que promovem o desenvolvimento da sensibilidade artística e cultural de que é exemplo o projecto Oficina das Artes. A Escola oferece, ainda, a todos os alunos actividades que lhes permitam a ocupação de tempos não lectivos, actividades estas de natureza lúdica, cultural e/ou desportiva, de frequência facultativa, nomeadamente: Desporto escolar; Jogos desportivos escolares, corta-mato, torneios de diversas modalidades; Visitas de estudo; Laboratório de Matemática; Oficina de Restauro; Clube de Astronomia; Oficinas ET; Clube de Xadrez; “Alemão – Língua de União” e ClubEco, entre outras

A Escola assegura, também, a formação profissional dos seus alunos e a integração no mercado de trabalho, sendo que alguns dos alunos têm conseguido colocação, após a conclusão dos estudos, nos locais onde realizaram os estágios.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O Projecto Educativo, elaborado para o triénio de 2007/2010 define as grandes linhas mestras que norteiam as tomadas de decisão, ao mesmo tempo que serve de suporte ao Projecto Curricular de Escola e Regulamento Interno.

A identificação dos pontos fracos e fortes da Escola permitiu definir as grandes linhas estratégicas orientadoras da política da Escola para o período de vigência do PEE – Instruir, Socializar e Qualificar e ter como referência principal a manutenção e do desenvolvimento dos valores e princípios: o Respeito, o Empenhamento, o Espírito Crítico, a Responsabilidade e a Formação Pessoal e Social.

As metas a atingir (melhorar a qualidade do processo de ensino/aprendizagem, promover um maior sucesso dos alunos, dotar a Escola de novos projectos e envolver os Encarregados de Educação na dinâmica da Escola) encontram-se devidamente identificadas e adaptadas a todos os anos/cursos, estando previstos os respectivos indicadores de medida. As famílias são informadas sobre o funcionamento da Escola e foram criados processos sistemáticos de articulação com estas. As aprendizagens são valorizadas pelos professores, alunos e suas famílias, havendo uma preocupação para que elas tenham impacto e sejam visíveis para a comunidade.

O Plano Anual de Actividades e o Projecto Curricular de Escola estão organizados de forma articulada com o Projecto Educativo, tendo em conta os seus princípios e valores orientadores.

A atribuição das áreas curriculares não disciplinares, para o 3.º Ciclo, está definida no Projecto Curricular de Escola. O Estudo Acompanhado é atribuído a professores de Língua Portuguesa e/ou de Matemática.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Conselho Executivo (CE) programa as tarefas e os momentos essenciais da sua gestão, tendo em conta as opções e prioridades definidas no Projecto Educativo (PE) e no Projecto Curricular de Escola (PCE), bem como as normas e critérios estabelecidos no Regulamento Interno.

Os critérios de distribuição do serviço docente, para além de atenderem às disposições legais e às propostas dos departamentos curriculares/conselhos de docentes, privilegiam, sempre que possível, o acompanhamento dos alunos, ao longo do ciclo, pelos mesmos professores, em particular pelo director de turma. A coordenação de cursos e de projectos, bem como a atribuição das direcções de turma, em especial dos 7.º e 10.º anos de escolaridade, é determinada por nomeação do CE, tendo em atenção o perfil dos professores.

A Escola tem visto o número do pessoal auxiliar de acção educativa reduzido nos últimos 2 anos por motivo de aposentação ou concurso. Este problema, aliado a um problema de absentismo, tem causado algumas dificuldades na gestão do pessoal, dificuldades que têm sido minimizadas pela atribuição de horas de limpeza.

O serviço administrativo funciona com base na atribuição de áreas específicas a cada funcionário e o número de funcionários pode ser considerado adequado tendo em conta as características e exigências de uma Escola com a dimensão da ESNF.

Uma das áreas consideradas menos conseguida é a que diz respeito à formação do pessoal docente e não docente, especialmente a relacionada com a formação contínua. As alterações legislativas têm gerado alguma indefinição e diminuição da oferta, apesar das necessidades de formação diagnosticadas pelos departamentos curriculares e apresentadas ao Centro de Formação. Contudo, a formação formal e informal nas TIC tem sido uma das prioridades da Escola.

No que diz respeito ao pessoal não docente, a formação oferecida pelo Centro de Formação tem sido diminuída, optando a Escola, no caso dos assistentes administrativos, pela formação em áreas ou programas específicos promovida por fornecedores de *software* ou pelos serviços centrais do Ministério da Educação. O pessoal auxiliar de acção educativa, por seu lado, tem optado pela continuidade de estudos académicos, no que tem sido apoiado e incentivado pelo órgão de gestão. No presente ano lectivo vários funcionários frequentam o Curso de Educação e Formação de Adultos, de formação base – B3 e o Curso de Educação e Formação de Adultos, de nível secundário, de Técnico de Acção Educativa.

A integração dos novos docentes é feita pelo Conselho Executivo, pelo coordenador e subcoordenador de departamento e pelo coordenador de directores de turma e efectiva-se, através da reunião geral de professores, das reuniões de departamento, da reunião de conselho de directores de turma, das reuniões de conselho de turma e de reuniões individuais, quando estes são colocados depois do início do ano.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

O facto de a Escola ser frequentada por um número elevado de alunos quer no período diurno (842 alunos) quer no período nocturno (321), foi decisivo para que diversas medidas organizativas tivessem de ser equacionadas pelo CE, entre as quais se destacam: a elaboração de um planeamento prévio e rigoroso da distribuição da organização semanal das disciplinas e respectiva carga horária, de modo a rentabilizar ao máximo as instalações específicas; a atribuição, como primeira prioridade, de salas próprias às turmas do 3.º Ciclo e às turmas dos CEF e Profissionais; a manutenção sistemática das instalações devido à sua grande utilização.

Num espaço com quase 20 anos de existência, onde se movimentam, diariamente, cerca de 1500 pessoas, as questões relacionadas com a segurança e a qualidade das instalações, têm sido prioridades assumidas pelo órgão de gestão, que têm levado, entre outras, à realização anual de pintura de salas e de reparações várias, à remodelação de espaços (este ano lectivo o bar dos alunos foi remodelado), à manutenção dos espaços verdes, à implementação do *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP) e do Plano de Higiene em todos os serviços e pavilhões; à emissão de orientações precisas aos Auxiliares de Acção Educativa sobre questões de segurança de bens e pessoas e preservação de instalações e à consolidação de uma consciência cívica de preservação das instalações e do material, que tem passado pelo lançamento, junto dos alunos, de projectos que tenham por objectivo a revalorização dos espaços, de modo a que sejam eles a conceber e a executar as reformas (caso do refeitório, por exemplo, ou da sala C5).

A Escola possui Laboratórios de Biologia, Física, Química e Ciências. Para além dos Recursos e Equipamentos existentes nas diversas salas específicas, a Escola possui material audiovisual televisor(es), vídeo(s), retroprojectores, projectores de diapositivos, e projectores de vídeo) por pavilhão, Internet e Computadores Portáteis disponíveis mediante prévia requisição.

O Orçamento de Estado, em conjunto com o Orçamento de Dotações com Compensação em Receita (ODCR), tem proporcionado um financiamento adequado às necessidades de funcionamento, mesmo tendo em conta os custos inerentes ao alargamento da oferta formativa, à manutenção e conservação do parque escolar, à aquisição de equipamentos, ao apoio a projectos e aos alunos mais carenciados. São, porém, as receitas arrecadadas através do ODCR que permitem que o Conselho Administrativo defina as opções orçamentais, tendo em linha de conta as prioridades propostas pelo Conselho Executivo à Assembleia de Escola. As receitas são obtidas, maioritariamente, através do aluguer de instalações desportivas e de subsídios conseguidos através de projectos/concursos, como o concedido pela Câmara Municipal da Amadora (este ano civil no valor de 3.650,00 €).

A estratégia de contenção das despesas esteve subjacente a muitos dos projectos implementados, tendo sido privilegiados, sempre que possível, aqueles que utilizavam materiais recicláveis/reciclados, evitando gastos e, ao mesmo tempo, concretizando um dos princípios defendidos enquanto “Eco-Escola”: a preservação do meio ambiente.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

Os baixos índices de participação dos pais e Encarregados de Educação na vida da Escola e no acompanhamento dos seus educandos têm constituído um constrangimento à implementação de medidas de combate ao insucesso e abandono escolar. Tal facto reflecte-se, ainda, nas dificuldades que existem em eleger os representantes no Conselho Pedagógico e Assembleia de Escola, bem como na actividade da associação de pais.

Contudo, comparecem sempre que são convocados para uma reunião individual com o DT ou com o Conselho Executivo e aderem de forma positiva às actividades que envolvem pais e alunos.

Apesar de todo o esforço que a Escola tem envidado, tal como a realização de actividades lúdicas envolvendo alunos e pais/encarregados de educação ou a disponibilização de espaço próprio para a realização de reuniões, não tem sido possível manter em funcionamento, de forma continuada, nem a Associação de Pais e Encarregados de Educação, nem a Associação de Estudantes.

A participação e apoio da Câmara Municipal da Amadora e da Junta de Freguesia da Brandoa têm sido bastante significativos, constituindo uma mais-valia para a Escola.

3.5 Equidade e justiça

A Escola tem uma política activa de inclusão ao promover a diversificação da oferta formativa através dos cursos CEF e EFA como forma de prevenir o abandono escolar precoce e o insucesso escolar, bem como de responder às baixas expectativas de alguns alunos. Com a implementação do projecto EPIS (Associação Empresários pela Inclusão Social) pretende-se que os casos de risco sejam atempadamente detectados.

A Escola rege-se por princípios de equidade e justiça e as diferentes estruturas encontram, regra geral, as soluções mais adequadas de acordo com a especificidade de cada caso.

Os alunos afirmam que a Escola não estabelece diferenças e oferece oportunidades a todos.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

O Conselho Executivo hierarquiza e calendariza os seus objectivos, bem como a solução dos problemas, de forma a ter metas claras e avaliáveis. A Escola pretende ser não só uma referência pela sua qualidade, gestão, ambiente e profissionalismo, mas também ser conhecida e procurada por docentes, discentes e funcionários, e os documentos orientadores, PE e PCE, expressam com clareza essa visão.

O Conselho Executivo exerce uma liderança partilhada e activa, promovendo e incentivando um elevado sentido de responsabilidade. A prestação interna de contas é sistemática e traduz-se na apresentação de relatórios periódicos do trabalho desenvolvido e dos resultados alcançados por todas as estruturas. A existência de lideranças intermédias e a atitude colaborativa que demonstram para com a gestão possibilitam a sustentação e o desenvolvimento de projectos bem como a concretização das estratégias de melhoria em curso.

A Escola é conhecida, interna e externamente, pelo bom ambiente de trabalho que proporciona, bem como pelos projectos e actividades que implementou e consolidou ao longo dos anos.

4.2 Motivação e empenho

A actuação do CE favorece o relacionamento interpessoal e o trabalho colaborativo, o que se reflecte quer na motivação quer no empenho da generalidade do pessoal docente e não docente. Os responsáveis dos órgãos de administração e gestão e das diferentes estruturas internas conhecem a sua área de acção, estão motivados e valorizam o papel decorrente da natureza das funções específica de cada estrutura.

É de assinalar a opinião muito positiva que os pais entrevistados têm da Escola, considerando que há um bom acompanhamento dos seus educandos, que os professores são competentes e que existe facilidade de comunicação com os professores/directores de turma e com o próprio Conselho Executivo.

Um dos aspectos considerado muito importante é o contacto com o espaço e com a oferta do Centro de Recursos, promovido pelo Director de Turma ou pelo professor de Português.

4.3 Abertura à inovação

A Escola tem demonstrado, ao longo dos anos, uma consistente e permanente abertura à inovação, evidenciada quer pela capacidade de dar resposta em termos de oferta educativa diversificada quer pelas iniciativas de

enriquecimento curricular implementadas e pela adesão a projectos mobilizadores e com impacto nas aprendizagens. Neste âmbito, a Escola tem vindo a incrementar, de forma sólida e bem estruturada, projectos/actividades no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esta área é, hoje, um instrumento didáctico/pedagógico colocado ao dispor e efectivamente utilizado pela maioria dos docentes, proporcionando aos alunos novos contextos e oportunidades de aprendizagem, bem como o desenvolvimento de competências e de literacia digital.

Um dos meios que tem vindo a ter uma adesão crescente é a utilização da plataforma *Moodle* para a divulgação dos documentos orientadores da política da Escola e das diversas actividades desenvolvidas ao longo do ano, para o contacto professor/aluno no âmbito das diferentes disciplinas e também para proporcionar fóruns de discussão no seio de alguns departamentos curriculares.

A divulgação de informação, o pedido de documentação e mesmo as convocatórias para reuniões, através de *correio electrónico*, são cada vez mais utilizadas pelos órgãos da Escola para comunicarem entre si.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

No intuito de dar resposta aos objectivos constantes do PE, o Agrupamento tem estabelecido diversos protocolos com parceiros da comunidade local. Para além da participação e apoio da Câmara Municipal da Amadora e da Junta de Freguesia da Brandoa, a Escola conta, também, com a colaboração de diversas empresas/instituições, entre outras, nomeadamente, com os Serviços Municipais de Água e Saneamento (SMAS), a Associação Cultural e Desportiva da Brandoa (ABCD), o Lar de S. José, o Centro de Saúde da Brandoa, o Centro de Saúde da Venda Nova, o Centro Social e Paroquial da Brandoa, o Centro Social e Paroquial de Alfovelos, a Siemens, a Caixa Geral de Depósitos, o Metropolitano de Lisboa, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Ginásio Clube Português, o Estado Universitário - Lisboa, o Sport Lisboa e Benfica, o Espaço Monsanto, o Centro de Actividades de Ar Livre, a Faculdade de Motricidade Humana, a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, o Instituto Superior Técnico.

A Escola aderiu à Iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis, ao Plano Nacional de Leitura e ao Plano de Acção para a Matemática (PAM) e aos projectos de Ciência Viva, do Desporto Escolar e das Escolas Promotoras de Saúde. Pertence, também, à Rede Nacional de Bibliotecas Escolares.

A Escola, pela diversidade de actividades e projectos que implementa, e pela utilização que faz dos seus equipamentos, demonstra preocupar-se com a abrangência do currículo, para além do cumprimento estrito dos programas.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

5.1 Auto-avaliação

O projecto de auto-avaliação, lançado no ano lectivo 2005/06, assentou num guião construído a partir de modelos anteriormente testados e publicados e pretendia não só lançar os alicerces para a construção de um observatório permanente do impacto e dos resultados da acção da Escola mas também sensibilizar os diferentes actores educativos para a importância dos processos de auto-avaliação enquanto impulsionadores dos processos de melhoria e, através da detecção dos pontos fortes, das debilidades, dos constrangimentos e oportunidades, construir um Projecto Educativo realmente consentâneo com a realidade e ambições da comunidade educativa.

Para a construção deste projecto foram recolhidos e tratados dados pela equipa do Observatório de Qualidade e pelo Conselho Executivo e, posteriormente, analisados pela equipa de auto-avaliação. A constituição alargada deste grupo de trabalho, formado por 8 professores indicados pelos respectivos departamentos curriculares, 1 elemento da Associação de Pais, 1 representante do pessoal não docente e 1 aluno, teve por objectivo envolver directa e indirectamente o maior número possível de participantes.

Foi com base nesse relatório que a equipa encarregue da elaboração do actual Projecto Educativo de Escola (PEE) colocou à discussão e aprovação, pelo Conselho Pedagógico e Assembleia de Escola, a proposta de missão, de princípios e valores e dos principais objectivos a atingir pela Escola no triénio 2007/2010.

5.2 Sustentabilidade do progresso

A progressiva melhoria dos resultados escolares, a estabilidade e motivação dos professores, a qualidade do clima organizacional, o esforço para aumentar a participação da comunidade e as dinâmicas de liderança evidenciam que a Escola tem vindo alicerçar a sua actividade num processo que garante a sua sustentabilidade.

A Escola está consciente dos seus pontos fracos, revelando capacidade para ultrapassar as dificuldades e sabedoria para aproveitar as oportunidades que o contexto lhe oferece.

Os seus documentos de planeamento demonstram bem a capacidade que possui para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da ESN (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A oferta educativa diversificada e adequada ao tecido escolar, como estratégia de inclusão e de prevenção do abandono e insucesso escolares;
- O incentivo à valorização profissional, através da continuação de estudos, do pessoal administrativo e auxiliares de acção educativa;
- A participação dos alunos na construção e transmissão da cultura e clima de Escola, revelando uma apropriação dos seus valores essenciais;
- O clima e as relações interpessoais envolvendo os diferentes actores da comunidade educativa;
- A personalização da decoração dos espaços pelos alunos e o bom estado de conservação dos edifícios e do espaço envolvente.

Pontos fracos

- A reduzida articulação com escolas da proximidade com as quais existem contactos esporádicos.
- Os baixos índices de participação dos pais/encarregados de educação na vida da escola e no acompanhamento dos seus educandos, que constituem um impedimento à implementação de medidas de combate ao insucesso e ao abandono escolar.

Oportunidades

- O Pólo Escolar, incluindo um Agrupamento concentrado na vizinhança, podendo facilitar colaborações futuras.

Constrangimentos

- A limitada oferta de formação para pessoal docente e não docente disponibilizada pelo Centro de Formação da área.